



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 24 | Jan./Jun. de 2021

Thassio Ferraz Tavares Roque

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ

thassioftr@gmail.com

NASCIDOS DAS PERVERSÕES E ABENÇOADOS PELO BATISMO: o apadrinhamento das crianças ilegítimas e abandonadas no Arraial do Tejuco do século XVII.

RESUMO

Debruçado sobre os registros de batismos inferidos no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina- MG, o artigo procura descortinar como o apadrinhamento de crianças ilegítimas e abandonadas no Arraial do Tejuco do século XVIII se articulava. Considerando o Antigo Regime Católico, o compadrio e algumas peculiaridades a seu respeito são apresentados.

Palavras-chave: Compadrio, Ilegitimidade, Exposição.

BORN OF PERVERSIONS AND BLESSED BY BAPTISM: the patronage of illegitimate and abandoned children at Arraial do Tejuco in the eighteenth century.

ABSTRACT

Focusing on the records of baptisms inferred in the Ecclesiastical Archive of the Archdiocese of Diamantina-MG, the article seeks to reveal how the sponsorship of illegitimate and abandoned children in the 18th century Arraial do Tejuco was articulated. Considering the Old Catholic Regime, the compadrio and some peculiarities about it are presented.

Keywords Crony. Illegitimacy. Exposur.

Introdução

A nova historiografia influenciada pela tendência da microanálise italiana vem se utilizando dos arquivos paroquiais e seus grandes números de registros como base bibliográfica. A capacidade das documentações eclesiásticas em fornecer informações a respeito da dinâmica social, econômica e política da América Portuguesa, faz com que historiadores procurem cada vez mais as fontes seriais para o entendimento da vida colonial no Brasil.

Através dessa metodologia, intenciono descrever como a “história aos pés do chão”, amplamente debatida por Jacques Revel é aplicada e extraída dos documentos batismais. Com tais documentos alocados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina-MG, apresento algumas peculiaridades do fenômeno do compadrio no Arraial do Tejuco, bem como o diagnóstico da ilegitimidade, das crianças abandonadas e seus desdobramentos no primeiro sacramento.

Para a compreensão adiante do fenômeno do compadrio, o trato com as fontes de maneira metodológica é indispensável. Ricardo Pirola ao descrever sobre o aspecto da “História vista de baixo”, esmiúça suas análises sobre o ponto de partida das rebeliões escravas, alternando suas bases metodológicas que perpassam pelo macro e repousam sobre o micro. Essa alternância, segundo o autor, estabelece compreensões mais claras sobre os acontecimentos. A partir de ações mais corriqueiras perante as análises dos subalternizados, intenciona-se consolidar uma história global vista de baixo.

Com o sistema de apadrinhamento das crianças ilegítimas e abandonadas no Arraial do Tejuco setecentista, o manuseio com as fontes batismais não é diferente. Apesar de intencionar mostrar através do método quantitativo algumas características importantes do primeiro sacramento, não descartamos a menção de alguns exemplos específicos. Isso permite com que o leitor se adentre entre as fissuras de todo o conjunto de fontes seriais.

É importante destacar que o cenário desse trabalho, sendo o Arraial do Tejuco da América Portuguesa, se insere no contexto de Antigo Regime Católico. Isto é, os indivíduos pertencentes a essa lógica, necessitavam de relações prestigiosas e status para consolidar a ascensão social.

Uma das estratégias usadas pelos indivíduos desse período era o estabelecimento dos laços de compadrio com figuras de destaque, para que de algum modo pudessem articular estratégias para a mobilidade diante da hierarquização social.

Os “filhos do pecado”, sendo originários das relações pervertidas aos olhos do catolicismo, eram batizados, e dependendo de quem apadrinhasse esses agentes, era possível compreender hipoteticamente se acumularam pecúlio e conquistaram os primeiros requisitos para o destaque nessa sociedade estamental.

Importante ponderar que o século XVIII, segundo Jean-Claude Bologne era a então era do pudor. Isso tende a corroborar com as aversões dos jesuítas em relação à nudez dos indígenas e das uniões fora dos preceitos por Deus e estigmatizadas como ato de blasfêmia perante a Igreja (VAINFAS, Ronaldo).

Importante inferir que dentro da sociedade estamental de Antigo Regime, a mobilidade social ascendente, não é sinônimo propriamente de força econômica. A ascensão social esta atrelada a fatores que vão além do enriquecimento. O prestígio social é nesse aspecto, fator crucial para a consolidação de status perante as camadas da hierarquia social da América Portuguesa.

Sobre a temática da exposição de crianças no referido período, a reflexão da ilegitimidade relacionada ao abandono se torna um caminho frutífero para a formulação de questionamentos e investigações por pesquisadores que tem a temática da família como objeto de estudo principal.

Se consolidar como parente espiritual de uma criança abandonada era certamente um fenômeno bem quisto. Para o mundo católico da época, era um modo de salvar a alma da prole enjeitada e garantir boas condutas aos olhos de Deus que o recompensaria no pós morte. A ação de apadrinhar tida como também de caridosa, garantia prestígio social aos olhos da sociedade colonial. Por esse aspecto, por mais que as fontes batismais do Arraial do Tejuco disponibilizassem pouco a respeito do primeiro sacramento desses agentes, é válido o debate para o entendimento e idealização do cruzamento nominativo com outras fontes, para resultar em necessários e futuros novos trabalhos.

O primeiro sacramento e o primeiro passo para ascensão social: compadrio das crianças ilegítimas.

Antes da partida direta de se adentrar ao fenômeno do compadrio, e como ele é entendido através dos métodos, se faz necessário uma descrição sucinta do âmbito cronológico e espacial que permeia esse trabalho.

Discorrendo as evidências, e fazendo uso das atribuições proporcionadas pela micro-história analítica italiana¹, seguimos com a lupa diante do vasto território colonial, sobretudo em meio aos horizontes da Minas setecentista. Nesse lugar físico, as comarcas significavam as subdivisões territoriais dentro da Capitania. Esses âmbitos ficavam sob jurisdição de um ouvidor, que significava um cargo respaldado pela Coroa portuguesa, com intenções de promover a justiça em segunda instância aos moradores inseridos nesses territórios.

Dentro da capitania de Minas Gerais, nos primórdios do período do século XVIII, foram criadas quatro comarcas, nomeadas como a Comarca de Vila Rica, do Rio das Mortes, do Sabará e a do Serro Frio, sendo essa última, o cenário principal deste trabalho.

Considerada como uma das mais extensas dentro da capitania, a então territorialidade no início de sua delimitação era a menos povoada, sendo movimentada pelos habitantes a partir da extração do ouro e diamante. Dentro da grande geografia respaldada pela serra do Espinhaço, sua fase embrionária também contou com o desenvolvimento da pecuária, que era beneficiada pelo rio São Francisco². Sobre o Arraial do Tejuco³, Júnia Furtado diz:

O Tejuco não era uma aglomeração pequena para os padrões da época. Em 1732, dom Lourenço de Almeida reconheceu que a população do arraial já ultrapassara em muito a da Vila do Príncipe, embora esta fosse a “cabeça” da

¹ O Doutor em História Henrique Espanada estuda como o movimento da micro análise italiana se consagrou no meio historiográfico. Sua obra consiste na trajetória de três grandes autores que fortificaram a temática e que são imprescindíveis quando se trata desse tipo de abordagem de inquirição, como Geovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg. Ver em: LIMA, Henrique Espanada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

² Cf: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Coloniais. In: RE-SENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Vol.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2003. BICALHO, Maria Fernanda. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 15, nº 21, jul 1999. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros: De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2002. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. BASTOS, Rodrigo Almeida. *O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. sér. v.20. n.1.jan-jun, 2012.

³ A demarcação do Distrito Diamantino teve início em 1731, que na ocasião englobou arraiais e povoados próximos ao Arraial do Tejuco. Concluído esse feito em 1734, elege-se o Arraial do Tejuco como sede desse distrito, efetivando assim a intendência dos diamantes. Ver em: FURTADO, Júnia Ferreira, *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período real da extração*. P 25. São Paulo: Annablume, 2008.

comarca. Segundo o governador, a vila era distante dos rios e despovoada; já o arraial ficava mais perto dos cursos d'água, era mais populoso e por essa razão lá se estabeleceram os homens de negócio e os mineradores (FURTADO, Júnia p. 41).

Sobre o compadrio, pode-se dizer que o fenômeno ultrapassava os laços consanguíneos e proporcionava aos envolvidos a ampliação de uma família espiritual, que acabava compactuando com vida terrena. Os laços estabelecidos pelos indivíduos que almejavam prestígio poderiam causar fissuras no sistema social, como por exemplo, brechas na vida de um cativo, que poderia angariar privilégios ou até mesmo a liberdade com o apadrinhamento. A vida na América portuguesa, no entanto, poderia ser diretamente influenciada pelos parentes espirituais.

O método nominativo diante das fontes paroquiais é necessariamente válido para entender melhor o apadrinhamento de escravos e quais horizontes de liberdade isso poderia proporcionar para o agente cativo. Exemplificando: No dia 3 de maio de 1742, o Padre João da Costa e Mello, batizou a criança de nome Manoel, filho da escrava solteira de nome Anna, pertencente ao livre Matheus Barbosa. No documento não consta o nome do pai, preenchido como “incógnito”. Foram padrinhos do batizando Francisco Teixeira e Genobeba Pereira de Jesus, ambos livres. Tem mencionado no final do registro, que ao final da cerimônia, o dono mandou que lançasse a criança como forra, perante o padre e as testemunhas presentes.

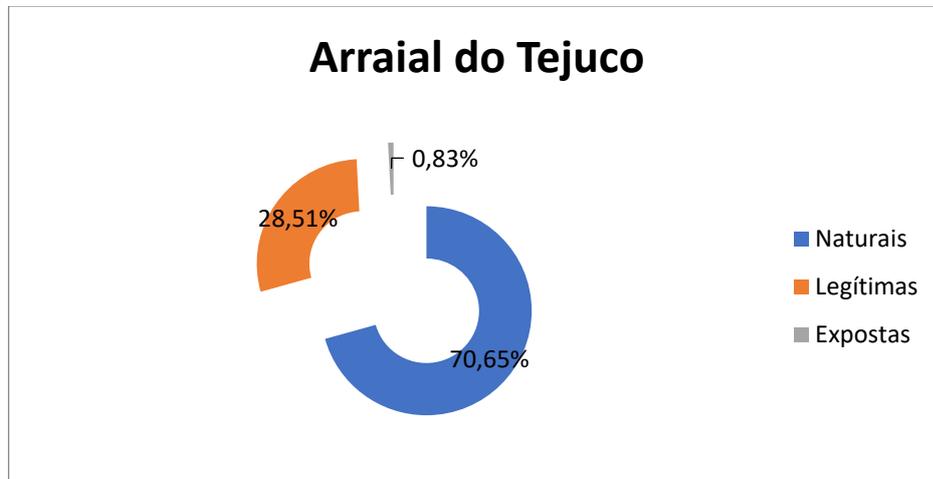
Hipoteticamente, se baseando na historiografia acerca da ilegitimidade⁴, poderíamos imaginar que a paternidade fora compensada através da alforria, e o pai da criança seria o dono da mãe. Com o intuito de esconder a provável relação de concubinato, tida como ilícita aos parâmetros de Antigo Regime Católico, Matheus não reconhece a criança perante a pia batismal, mas a favorece com a liberdade.

Levando em consideração a natureza metodológica dos nomes, o testamento de Matheus poderia ser primordial para o entendimento da relação com sua escrava Anna, e seria possível observar se Manoel foi finalmente reconhecido como filho e teve parte na partilha dos bens. Nesse momento, planejo uma retomada a Mitra Arquidiocesana de Diamantina para exclusivamente me dedicar a esses papéis, uma vez que os de batismos foram em grande número coletados como mencionado acima. Abaixo, um

⁴ Existe uma vasta bibliografia sobre o assunto. Uns dos que cito para entender a formação familiar nas Minas do século XVIII é a tese de doutorado da professora Silvia da Universidade Federal de São João Del Rei. Ver em: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007

esboço do cenário da ilegitimidade e da exposição de crianças encontrado no Arraial do Tejuco através dos registros de batismos.

Gráfico 01 - Porcentagem das crianças naturais, legítimas e expostas (1725-1762).



Foram diagnosticados, no entanto, que a localidade do Arraial do Tejuco é palco onde a ilegitimidade é significativa frente ao universo de crianças legítimas. 70,66% são crianças que obtiveram somente o registro de suas mães, ou seja, são frutos de relações não reconhecidas pela igreja. A porcentagem referente a 28,51% destina-se aos filhos legítimos, e o restante de apenas 0,83% se refere à quantidade de crianças expostas batizadas. Nesse momento é crucial mencionar que a separação da contagem das proles ilegítimas com as expostas se faz necessário, pois se trata de um debate indispensável. Há muito tempo pensava-se que o abandono de crianças estava justamente relacionado à ilegitimidade. Por esse aspecto, era de se esperar que se tal condição ilegítima fosse crucial para o abandono, o número de batizados expostos deveria ser maior ao condizente elencado no gráfico.

Esse feito, mostra pela perspectiva macroanalítica a importância de mostrar a amplitude do objeto. É preciso ir aos detalhes de cada registro, investigando a trajetória de cada indivíduo para entender se de fato todos são frutos de concubinato, se foram ou não perfilhados e de quais tipos de relações eles foram concebidos.

Sobre o aspecto social da ilegitimidade, abaixo se encontra uma tabela que mostra através de registros de batismos a quantidade de filhos naturais que eram submetidos ao primeiro sacramento. Essa articulação permite compreender no primeiro momento as camadas jurídicas em que a ilegitimidade mais se adentrava.

Tabela 01 - Condição social das crianças ilegítimas (1725-1762)

Condição social das crianças ilegítimas (1725-1762)								
Localidade	Livres		Forras		Escravas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arraial do Tejuco	289	26,03	98	8,82	706	63,60	1110	100

Fonte: Arquivo eclesiástico da arquidiocese de Diamantina-MG.

Ao analisar a tabela percebemos que as crianças ilegítimas de status jurídico de livres fazem parte de 26,03% do total de 1110 registros de batismos de crianças naturais. A categoria de crianças forras representa apenas 8,82%, e as proles escravas ilegítimas estão em maior quantidade, diagnosticadas por 63,60%.

Assim, Percebemos nessa estratificação que a ilegitimidade atravessava os entraves sociais, não se restringindo somente nas camadas populares de forros e escravos. Livres também usavam da tática do concubinato e da ilegalidade⁵ para constituir família e concretizar vínculos físicos e ou sentimentais.

Procurando compreender ainda mais como se desdobrava o fenômeno do apadrinhamento dessas crianças, é necessário entender que as mães dessas proles, visando à ascensão social própria e de seus filhos, procuravam estabelecer alianças para cima, ou seja, com indivíduos acima de sua condição social para concretizar o parentesco espiritual. Dar o filho para um agente de prestígio apadrinhar não significa que somente a prole poderia ter benefícios com o pai e ou mãe espiritual. As mães e os padrinhos das crianças se tornavam comadres/compadres dessas pessoas, e assim estreitavam laços dentro da localidade. Tomando como base que as escolhas dos parentes espirituais se orquestravam a partir relacionamentos de amizades e confiança, o feito sacramental envolvia toda família da criança batizada (FIGUEIREDO, 1997).

⁵ Ver em: *CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA*: Educação, Lei, Ordem e Justiça no Brasil Colonial. CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB.

Tabela 02 - Condição social dos padrinhos das crianças ilegítimas (1725-1762).

Condição social dos padrinhos das crianças ilegítimas (1725-1762)								
Localidade	Livres		Forros		Escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arraial do Tejuco	965	86,93	40	3,60	76	6,84	1110	100

Fonte: Arquivo eclesiástico da arquidiocese de Diamantina-MG.

Do total de 1110 registros de crianças ilegítimas batizadas, 86,93% tiveram padrinhos nas condições sociais de livres. Os padrinhos forros correspondem a 3,60% e os pais espirituais cativos à 6,84%. Questionando esses números e se pautando na idéia aqui já descrita em que geralmente as mães das crianças escolhiam agentes em camadas superiores as suas para batizarem seus filhos, pode-se chegar á entender em algum momento que seria lógico o número de padrinhos forros serem em segunda instância mais acionados do que os escravos. É considerável lembrar que se trata de uma região mineradora, e, portanto, os números de homens alforriados eram escassos. Nesses locais como o Arraial do Tejuco, o cativo era necessário nas atividades pesadas da mineração e outros serviços braçais mais pesados. Era mais corriqueiro fornecer a liberdade para mulheres. Sendo assim, não descarto em entender que talvez as mães espirituais em condições de forras seriam mais acionadas do que as que viviam no cativeiro. Para compreensão recorremos a mais uma amostragem.

Tabela 03 - Condição social das madrinhas das crianças ilegítimas (1725-1762).

Condição social das madrinhas das crianças ilegítimas (1725-1762)								
Localidade	Livres		Forras		Escravas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arraial do Tejuco	681	75,50	126	14	93	10,31	902	100

Fonte: Arquivo eclesiástico da arquidiocese de Diamantina-MG.

Assim, considerando que 19% dos registros batismais de crianças ilegítimas tinham ausência da figura das mães espirituais, a tabela acima comprova que as

madrinhas forras eram mais escolhidas para batizarem os ilegítimos, correspondendo a 14% ante 10,31% das madrinhas cativas. As madrinhas em condições de livres equivalem à maioria com 75,50%.

Nas duas estratificações, envolvendo padrinhos e madrinhas, fica comprovado que a aliança para cima era mais corriqueiramente estabelecida através do compadrio. Até mesmo em se tratando das crianças ilegítimas cativas tinham em sua maioria padrinhos em camadas superiores as suas.

Tabela 04 - Condição social dos padrinhos das crianças escravas ilegítimas (1725-1762).

Condição social dos padrinhos das crianças escravas ilegítimas (1725-1762)								
Localidade	Livres		Forros		Escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arraial do Tejuco	557	79,57	34	4,8	69	9,8	700	100

Fonte: Arquivo eclesiástico da arquidiocese de Diamantina-MG.

A tabela revela que 79,57% das crianças escravas ilegítimas obtiveram padrinhos na condição de livre. 4,8% tiveram pais espirituais libertos e 9,8% são representados por crianças apadrinhadas por escravos. Essa articulação metodológica corrobora com Kátia Mattoso quando a mesma ressalta:

Ser afilhado de um senhor significava gozar de posição privilegiada e proteção particular no interior de grupo de escravos; obediência e submissão se tornavam mais fáceis. Algumas vezes o afilhado era na realidade filho de um senhor que não quis reconhecê-lo publicamente. O padrinho devia assistência ao afilhado, não só assistência espiritual, mas também material, e no Brasil ele raramente negligenciava esse papel. Harmonizando-se perfeitamente com as regras dessa sociedade brasileira fundada na família extensa, ampliada e patriarcal, as ligações de compadrio eram as próprias bases de vida da relação (MATTOSO, Kátia, p. 157).

Os desdobramentos das crianças expostas através dos registros batismais

Além de proporcionar dimensões históricas sobre a formação familiar e as relações sociais estabelecidas, os registros batismais descortinam também aspectos relevantes sobre o abandono de crianças.

Os estudos relacionados a infância no Brasil, deve primeiramente ao pioneirismo de Ariés, quando lançou *História social da criança e da família*. A historiografia das proles ficou, no entanto, em volta do debate da formação familiar, sem especificamente focar

nos pequeninos. Sendo assim, a ideia de família foi sendo sistematizada e debatida. Um dos entroncamentos causados por essas investigações fez surgir a concepção de que a coletividade em movimento fosse atrelado a noção de família.

Na América portuguesa, o cuidado com os enjeitados ficava a cargo das câmaras municipais. As irmandades nessa questão estabeleciam contratos com essas câmaras locais, assumindo o compromisso de gerenciar a criação da criança. Isso envolvia desde a amamentação até o processo de adoção da prole enjeitada. Todas essas ações eram com intuito de receber valores pagos pelas administrações locais.

No caso de Vila Rica, por exemplo, não obtendo a roda dos expostos que funcionava como o descrito acima, o processo de adoção se mostrava diferente. Quem encontrasse um exposto e tivesse disposto a adotá-lo, deveria requerer ajuda financeira perante o Senado. Nem sempre as demandas eram atendidas.

O abandono de crianças, sendo algo tão diagnosticado na sociedade de Antigo Regime, era praticado em quase todos os parâmetros sociais, causando vistas grossas de todos na sociedade colonial.

Importante delimitar que não podemos relacionar o abandono de crianças somente com questões familiares. A partir dos estudos sobre os expostos, podemos compreender a lógica lucrativa e intencional do mercado da caridade. Não se pode fazer analogia do abandono como ações somente dos que pertenciam às classes subalternizadas. O século XVIII como um todo, é considerado um período em que o abandono de crianças foi algo numerosamente praticado. A ilegitimidade dentro desse percurso social é inserida ao modo em que filhos legítimos também eram abandonados com os ilegítimos.

O abandono obtinha utilidades para os diferentes estratos sociais do Antigo Regime. O imaginário católico delimitava o amparo aos abandonados como algo primordial na vida religiosa. O ato de praticar a caridade, demonstrar piedade e misericórdia, segundo Renato Franco, são ações orquestradas pela hierarquização social.

O modo como era tratado os enjeitados, desde o ato de recolhê-los para não morrerem de fome, contemplar as crianças com auxílios, escravizar os mestiços, justificavam as intenções de manter certo controle na hierarquia social. A lógica da honra e do prestígio estava ancorado por trás dessas ações. A partir desse ato intencional de amparo, é possível compreender que a piedade é historicamente problematizada e pertinente para inquirições acadêmicas.

Ao manuseio dos registros batismais do Arraial do Tejuco referente ao século XVIII, captei o exemplo do batismo da criança Maria, exposta na casa do livre Antônia da Cunha. A cerimônia do primeiro sacramento, orquestrada pelo padre José Marques Ribeiro na Capela de Santo Antônio do Tejuco, no dia 2 de março de 1758 teve como pai espiritual o livre José de Araújo Guimarães, descartando assim a ideia de que o receptor da criança enjeitada pudesse exercer tal papel. Apenas pelo registro de batismo não conseguimos ter a dimensão de quem ficou a carga pela criação de Maria, mas percebe-se o vínculo que Antônio da Cunha obteve com a prole exposta, uma vez que sua esposa Inês Maria da Conceição de status de livre exerceu a função de madrinha da então criança abandonada.

De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a criança abandonada deveria receber o sacramento do batismo. Alguns casos de batismos eram feitos em casa. Esse rito domiciliar se caracteriza pela intenção do sigilo por parte dos pais da criança abandonada.

Os nomes das crianças expostas acompanhavam a lógica religiosa, sendo em sua maioria nomes do repertório católico. Quanto ao sexo das crianças abandonadas, as meninas eram menos expostas no caso de Vila Rica. Hipoteticamente, os meninos eram mais conservados por apresentarem o horizonte de futura mão de obra que contribuiria financeiramente no âmbito familiar.

No caso do batismo das crianças expostas, é observável nos registros investigados que o Padre Manoel da Costa Dantas articulou a maioria das cerimônias. Renato Franco fez uma análise que destaca a presença constante de determinados párocos na função de batismos de enjeitados. Sobre o apadrinhamento, existiam pessoas que frequentemente se inseriam na disposição de estabelecer laços de compadrio com a prole abandonada. Ser pai espiritual de uma criança abandonada era um ato de caridade formidavelmente agradável aos olhos de Deus.

Para exemplificar, o livre Capitão Francisco Malheiros de Araújo foi padrinho de duas crianças enjeitadas só no ano de 1761. Ambas cerimônias feitas pelo já citado Padre Manoel da Costa Dantas na Capela de Santo Antonio do Tejuco. O primeiro foi o apadrinhamento de Francisco, ocorrido no dia 30 de maio, em que a mãe espiritual fora a livre Dona Catherina Perpétua da Fonseca. O batizado da segunda prole abandonada foi de Antônio no dia 23 de novembro, sendo a livre Maria Felizarda a responsável pelo papel de madrinha. Ambos registros de batismos não descrevem o local onde cada criança foi exposta.

Considerações finais

Dos atributos proporcionados pela microanálise, obteve-se nesse trabalho narrativas históricas que vão além de uma simples descrição linear do objeto aqui estudado. Esse método também caracterizado por “micro-história social italiana” proporciona a descrição de uma investigação de forma minuciosa. Esse feito metodológico vai de encontro ao “paradigma indiciário” de Ginzburg, pois é através da observação estratificada que os indícios ficam mais latentes.

É importante ressaltar que a micro-história também se baseia na amplitude dos fatos. Considerando que o indivíduo é pertencente a uma unidade básica, com ações referidas ao quesito universal ao qual detém estruturas racionais específicas. Essa tendência de microanálise, parte da intenção de reconstruir acepções específicas de um indivíduo, focando em suas escolhas e ações, que desse modo explique as formas sociais visíveis de maneira mais ampla.

Através dos registros de batismos, foram elencadas algumas características a respeito do apadrinhamento das crianças ilegítimas e expostas. Ao seu modo, cada agente buscava angariar laços que pudessem resultar em reciprocidades e caminhos evidentes para busca da ascensão social. A intenção de subir socialmente diante da pirâmide hierárquica de Antigo Regime se desenrolava também com peculiaridades. Seja ser apadrinhado por alguém em camada superior, que estabelecia alianças para cima, seja apadrinhar uma criança abandonada, condizendo com a lógica da caridade e do prestígio perante a comunidade e a Deus que esse ato de fé proporcionava.

De fato, para o melhor entendimento de todo esse contexto, estímulo o cruzamento dos documentos de batismos com outros tipos de fontes, como testamentos, inventários *post-mortem* e casamentos. Esse feito certamente ajudará a descortinar ainda mais a respeito da temática da ilegitimidade bem como o enfeitamento das crianças nesse Arraial do Tejuco ainda pouco ressaltado em meio aos trabalhos acadêmicos.

Referências

ALVES, Débora Cristina. **Alianças familiares**: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga-1715 a 1790). 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ARTEZANA, Sofia Lorena Vargas. **Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas setecentistas**: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e

sociabilidade (1718- 1750). 2006. 170f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Crianças expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João Del Rei, séculos XVIII e XIX*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan./jun., 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade** (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 283-330.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Perolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino**. In: Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GONÇALVES, Dr. Luis da Cunha. **Direitos de família e direitos das sucessões**. Lisboa: Edições Ática, 1955.

REVEL, Jaques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

ROQUE, Thassio Ferraz Tavares. *Laços sobre os santos óleos nos altares das senzalas: Os vínculos de compadrio de forros e escravos no Arraial do Tejuco e Vila do Príncipe (1720-1740)*. **Temporalidades - Revista de História**, Belo Horizonte, ed. 35, v. 13, n. 1, Jan./Jun., p. 134-171, 2021.

SOUZA, Keli C. N. **Tecendo redes e construindo histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino- 1744 a 1758**. 113f. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mariana, 2013.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. In: REIS, João José (Org.). **A escravidão e a invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33- 59.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. 477f. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão*. **Anais do Encontro**

Escravidão E Liberdade No Brasil Meridional, 5, 2011, Rio Grande do Sul. Simpósio... Rio Grande do Sul, 2011, p. 1-20.

HESPANHA, António Manoel. *A constituição do Império português*. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

Thassio Ferraz Tavares Roque

Mestrando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/>

Artigo recebido em: 22 de agosto de 2021.

Artigo aprovado em: 08 de outubro de 2021.